

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

VERÔNICA GILA DE AMORIM BORGES

AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: olhares da Diplomática e  
da Documentoscopia

João Pessoa

2018

VERÔNICA GILA DE AMORIM BORGES

**AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: olhares da Diplomática  
e da Documentoscopia**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Dra. Julianne Teixeira e Silva

João Pessoa

2018

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B732a Borges, Verônica Gila de Amorim.

AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: olhares da Diplomática e da Documentoscopia / Verônica Gila de Amorim Borges. – João Pessoa, 2019.  
31f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Msc. Julianne Teixeira e Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1. Arquivística. 2. Diplomatica. 3. Documentoscopia. 4. Autenticidade de Documentos. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:930.25(043.2)

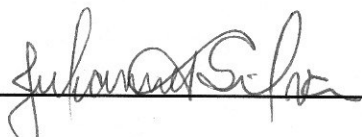
VERÔNICA GILA DE AMORIM BORGES

**AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: olhares da Diplomática  
e da Documentoscopia**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em: 25/06/2018

**BANCA EXAMINADORA**



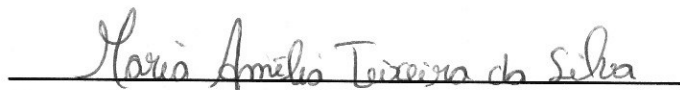
Prof. Dra. Julianne Teixeira e Silva

Orientadora



Prof. Ma. Maria Meriane Vieira da Rocha

Membro



Prof. Ma. Maria Amélia Teixeira da Silva

Membro

## **AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: olhares da Diplomática e da Documentoscopia.**

Verônica Gila de Amorim Borges<sup>1</sup>  
Julianne Teixeira e Silva<sup>2</sup>

### **Resumo**

O estudo objetiva analisar as inter-relações existentes entre os elementos encontrados na Diplomática e na Documentoscopia. Para isso descreve-se a história da Diplomática e da Documentoscopia; identificando os principais conceitos e metodologias das duas áreas, averiguando as relações existentes entre a Diplomática e a Documentoscopia. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e bibliográfica. A Arquivística é uma disciplina que possui interdisciplinaridade com diversas áreas de estudo, como a História, Administração, Paleografia, Ciências da Informação, Direito, Diplomática e também a Documentoscopia que tem ligação intrínseca com Arquivística, principalmente, pelos objetivos de averiguação da autenticidade documental. O processo de verificação da autenticidade dos documentos, está baseada na comprovação de que este documento possui elementos que, juridicamente, o validam e o tornam autênticos pelas características apresentadas. Por fim, com o estudo teórico verificamos que a Diplomática e a Documentoscopia compartilham de várias definições em comum, contudo ambas estão se desenvolvendo de modo paralelo, com o estudo bibliográfico foram observados pontos de convergências, no entanto as áreas ainda não se relacionam fortemente.

**Palavras-chave:** Arquivística. Diplomática. Documentoscopia. Autenticidade de documentos.

### **1. INTRODUÇÃO**

Com o aumento do fluxo informacional, diversos tipos de documentos, das atividades meio e fim de uma organização, são produzidos para registrar atos administrativos, financeiros e jurídicos, visto que os documentos são instrumentos de prova e através deles é possível a instrução de processos, dossiês e servem para atestar ações efetivas, seja pessoas física ou jurídica. Para que isso ocorra de forma legal e juridicamente irrepreensível, é necessário que os documentos apresentados sejam autênticos e fiéis a sua origem. Assim, surge a preocupação no que tange a

---

<sup>1</sup> Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: veronicagaborges@gmail.com

<sup>2</sup> Profa. Dra. do Departamento de Ciência da Informação. E-mail: julianne.teixeira@gmail.com

autenticidade dos documentos, pelo fato deles representarem, por meio do registro formal e seus elementos, informações que atestem a sua veracidade.

O interesse pelo tema surgiu, a partir da participação em um trabalho na Gerência de Controle Interno de uma organização pública de Concessão de Crédito, objetivando analisar os documentos físicos, apresentados durante o trâmite processual da atividade fim da organização com o objetivo de garantir a conformidade dos atos. Já que frequentemente percebe-se sucessivas inconsistências no que se refere a autenticidade dos registros documentais recebidos para a composição processual, como por exemplo: ausência de assinatura, documentos rasurados, fotocópia com insuficiência de informação, falta de carimbos, informações divergentes no documento que comprometem o fluxo processual. Estes problemas são recorrentes e apontados pelos órgãos de Controle como falhas que geralmente geram sanções negativas para as organizações. Diante destas sucessivas inconsistências foi instaurada uma Comissão de Sindicância na organização que teve como objetivo averiguar as questões supracitadas, objetivando levantar e sanar as dúvidas ou incertezas quanto à autoria e/ou materialidade da irregularidade documental.

A questão que mais nos intrigava, era quanto a autenticidade dos documentos apresentados durante a tramitação do processo visualizada na rotina da organização. A equipe participante da composição do processo de concessão de crédito, é multidisciplinar, composta por profissionais como administradores, contadores, advogados e uma graduanda de arquivologia. Mesmo com multiplicidade de formação profissional da equipe, verificou-se a ausência da atuação de um profissional habilitado a uma análise mais técnica quanto a autenticidade documentação no que tange a assinatura encontrada nos documentos. Os conhecimentos assimilados durante as disciplinas de paleografia e diplomática em muitos momentos subsidiaram a análise, entretanto sentimos a imprescindibilidade de um aprofundamento no assunto. Buscando adquirir compreensão sobre as temáticas uma das autoras participou do II Curso de Perícia Documentoscópica com ênfase em Grafoscopia. O objetivo do curso foi desenvolver habilidades no conhecimento dos elementos de segurança dos documentos, com destaque para aptidão na verificação da autenticidade de assinaturas.

Com a expansão dos conhecimentos e habilidades técnicas para a averiguação da autenticidade dos documentos iniciou-se a prática de orientação da equipe técnica: gerentes, subgerentes, protocolo e arquivo. Com apresentação das técnicas de

reconhecimento dos elementos intrínsecos e extrínsecos que compõem cada documento apresentado para composição do processo, através de workshop e atendimentos individuais. Os processos passaram a tramitar com mais conformidade documental/processual, trazendo maior organização e segurança.

Diante do exposto iniciamos um estudo bibliográfico, que se refere a pesquisa por meio de leitura, realizada através de materiais com embasamento metodológico, utilizando livros e artigos científicos. O embasamento teórico nos ajudou a delinear uma visão histórica e um conhecimento sobre definições que corroboram para atingir as conclusões levantadas durante este trabalho (GIL, 2008). A pesquisa caracteriza-se como descritiva e bibliográfica.

Salientamos que o nome da instituição não foi mencionado como forma de preservar a identidade jurídica da mesma, já que o nome não implicará na abordagem apresentada.

Assim, a questão, que nos inquietou, foi entender quais são as relações existentes entre a Diplomática a Documentoscopia?

O objetivo geral deste trabalho é analisar as inter-relações existentes entre os elementos encontrados na Diplomática e na Documentoscopia. Para analisar esta problemática ficaram selecionados os seguintes objetivos específicos:

- a) narrar a história da Diplomática e da Documentoscopia;
- b) identificar os principais conceitos e metodologias das duas áreas;
- c) averiguar as relações existentes entre a Diplomática e a Documentoscopia.

O arquivista como sendo um dos profissional da informação, vem buscando sedimentar seu perfil profissional e para isso precisa agregar valor de conhecimento como diferencial competitivo para o mercado de trabalho. Muitas vezes não adquirida durante a formação acadêmica, mas realizada durante sua construção como profissional da informação.

Seguiremos apresentando a evolução histórica da Diplomática e Documentoscopia que se encontram em muitos momentos em suas epistemologias e de suas metodologias desenvolvidas a partir do seu aparecimento no séculos XVI e XVII até os tempos atuais, como também as relações entre as disciplinas apresentadas como um grande encontro.

## 2. ARQUIVÍSTICA E DIPLOMÁTICA: considerações e abordagens

Foi com o advento da escrita que começou o aparecimento dos primeiros registros que com o decorrer do tempo tornou-se um elemento essencial para auxiliar à administração. Originado no período da antiguidade, o surgimento dos arquivos encontrava-se vinculados à administração das civilizações antigas, inicialmente no Oriente e posteriormente nos países do Ocidente, que remonta um administrativo mais similar ao que é apresentado na atualidade (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 29):

Assim, desde que o homem utiliza a escrita para registrar informação que é possível seguir a evolução do suporte no qual foi inscrita essa mesma informação retida, os métodos de trabalho utilizados para tratá-la, bem como a evolução das funções das pessoas afectas à gestão dessas informações.

É no século XVI e XVII, a partir dos estudos filosóficos, históricos e teológicos, que surgiram dúvidas quanto aos documentos (diploma) que passaram a receber críticas, partindo do pressuposto que estavam falsificando comprovantes de direitos a concessão de privilégios, bens e de propriedades eclesiásticas (BELLOTTO, 2006).

O estudo terminológico da palavra diplomática, vem do grego “*diploō*” (em dobro), que deu origem a palavra *Diploma*, que significa dobrado. Na antiguidade clássica, era chamada de dípticos, termo que fazia referência aos documentos escritos em duas tábuas e unidas por dobradiças. A palavra diploma durante o Império Romano referia-se a documentos que concediam, de forma solene e por autoridade soberana, pelo imperador ou pelo senado, privilégios de cidadania e matrimônio aos soldados que já haviam dado baixa (RONDINELLI, 2005).

Nota-se que a Arquivística encontra-se e se confunde com a diplomática nos séculos XVI e XVII. Para Rondinelli (2005, p. 43), no século XVII “a chamada guerra diplomática, travada na Igreja Católica, entre beneditinos, jesuítas e dominicanos, levaram à transformação da análise crítica em disciplinas autônomas como a paleografia, a sigilografia e a diplomática”. No ano de 1643 foi publicado o primeiro *Acta Sanctorum*, pelo jesuíta Jean Bolland, cujo o testemunho sobre a vida dos santos foram devidamente avaliados separando o real da lenda. Em 1675 é lançado o segundo *Acta Sanctorum*, cuja a introdução de Daniel Van Papenbrock relata os



princípios gerais quanto a autenticidade de pergaminhos antigos. Esses princípios aplicados aos estudos reais da França, levou Papenbrock a declarar falso um diploma do rei Dagoberto I, criando desconfiança nas autenticidades dos documentos merovíngios emitidos.

No ano de 1681, Jean Mabillon, monge beneditino, escreve o tratado chamado *De re diplomatica libri VI*, que sela o surgimento da diplomática e da Paleografia. De acordo com Rondinelli (2005) Mabillon o dividiu em seis partes: as duas primeiras etapas se referem as críticas diplomáticas, onde os documentos seriam submetidos a testes para que pudessem ser considerados verdadeiros ou falsos. Diferentes tipos de documentos foram definidos e analisados. Eram avaliados elementos como tinta, linguagem, tipo de escrita, selos, pontuações, abreviações, data, etc.; as quatro partes que complementam o tratado são direcionadas a apresentar provas e ilustrações referentes a criação dos princípios diplomáticos e o modo como eles seriam aplicados. A sexta e última parte seria uma compilação de exemplos de cerca de 200 documentos autênticos mostrando como chegaram a esta conclusão.

A ciência da diplomática é anterior a ciência Arquivística “nasceu no século XVII como uma técnica analítica para determinar a autenticidade dos registros emitidos por autoridades soberanas em séculos anteriores. O seu principal propósito era apurar a realidade dos direitos ou segurança dos fatos contidos em alguns documentos” (RODRIGUES, 2008, p. 152).

Mesmo que Mabillon já tivesse iniciado o estudo dos tipos de escritas, o termo paleografia só surgiu em 1708, com a obra escrita pelo monge beneditino Bernard Montfauçon, intitulada *Paleographia graeca, sirve de outu et progressus literarum* (RONDINELLI, 2005).

No século XVIII inicia-se nas faculdades de direito o ensino da diplomática e da paleografia, em diversos países da Europa, com a publicação de muitos trabalhos nestas áreas do conhecimento. De acordo com Rondinelli (2005), a expansão da diplomática continua sendo através dos religiosos da Congregação de Saint Maur, entre 1750 e 1765, com a publicação do *Novo tratado de diplomática*, pelos monges beneditinos René Prosper Tassin e Charles Toustain. A evolução da paleografia acontece, no século XIX, no ano de 1821, com a criação da École de Charles, que descreve os princípios diplomáticos servindo como instrumento de avaliação relacionados aos documentos medievais.

No século XIX nasce a Arquivologia, como complemento da diplomática, que passa a se utilizar de seus princípios com a intenção de entender como estão estruturados os documentos burocráticos modernos (RONDINELLI, 2005).

A Arquivologia, também conhecida como Arquivística, subsidia com técnicas e métodos os documentos modernos e assim é definida:

A Arquivologia é a disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada de Arquivística. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 37).

De acordo com Rodrigues (2008), é no século XIX que surge a Arquivística científica como técnica empírica orientada à conservação e guarda de documentos, mas beneficiando os arquivos históricos. Tendo como objeto de estudo o documento de arquivo, ou seja, o documento Arquivística que “é qualquer documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade” (DURANTI, 2005, p. 07).

No final do século XX acontece o fechamento da diplomática da era medieval, registrando um novo período, passando a utilizar os princípios e métodos nos documentos contemporâneos. Assim, a arquivologia passa a usufruir da diplomática, por estímulo do arquivista britânico Christopher Brooker que incentivou seus discípulos a avançarem com uma nova diplomática, contudo só em 1980 que seus pensamentos começaram a ser aceitos. Rondinelli (2005) continua seus pensamentos falando sobre a II Conferência Européia de Arquivos, oportunizado pelo Conselho Internacional de Arquivos, onde Francis Blouin declara que os arquivistas europeus e norte-americanos devem recuperar a diplomática moldando aos documentos modernos. Essa retomada da diplomática iniciou na Europa, com Itália e países baixos, e na América do Norte foi o Canadá, na Universidade de British Columbia, onde a professora Luciana Duranti, realizou um estudo sobre a diplomática que culminou na chamada “Diplomática Arquivística contemporânea”, sendo referência dentro dos estudos da Arquivística.

A Arquivística é uma disciplina que possui interdisciplinaridade com diversas áreas de estudo, encontrando-se com a História, Administração, Paleografia, Ciências da Informação, Direito, Diplomática e a Documentoscopia. A Documentoscopia tem uma ligação intrínseca com Arquivística, principalmente, pelos objetivos de averiguação da autenticidade documental, que serão fundamentadas na sessão seguinte.

### **3. SOBRE A DOCUMENTOSCOPIA**

Segundo Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005), a palavra Documentoscopia vem do latim “*documentus*” e do grego “*copain*” e “*logos*”, também chamada de Documentologia, vocábulos híbridos, passaram a denominar esta especialidade.

Desde a antiguidade, os reis recebiam de outros reinos mensageiros ou arautos que se identificavam apresentando seu “Diploma”, que eram concedidos pelos reis a algumas pessoas como reconhecimento ou mérito. Com este título os emissários tinham o direito de se hospedar nestes reinos, segundo uma norma vigente chamada “direito das gentes”. Todavia não demorou para que se percebessem que haviam diplomas falsos. Os reis nomearam pessoas que eram consideradas de grande saber para analisarem estes diplomas, com o intuito de comprovar sua autenticidade ou não. Neste momento surgiu a “diplomacia”, exercida pelos então chamados “diplomatas”. No entanto a chamada “Diplomacia” apresentou uma alteração durante a sua história e atualmente está vinculada “às relações internacionais, com ligação aos cargos de embaixadores, ministros ou representantes plenipotenciários, ou “diplomatas”, passando os “diplomas” receberem a denominação de “credenciais” (DEL PICCHIA FILHO, DEL PICCHIA, C.; DEL PICCHIA, A., 2005, p.38).

As perícias, na antiguidade, tinham como objetivo revelar a “falsidade de documentos, ou a autoria de uma escrita”, procurando de modo primitivo e intuitivo encontrar indícios de fraude, sem embasamento científico, utilizando-se de fantasias e crenças. “Foi a fase do “empirismo romântico”, que percorreu séculos até o início do atual”. Decorrendo sucessivos erros judiciais, gerando desconfiança quanto às provas

apresentadas, culminando com a tragédia de Dreyfus<sup>3</sup>, cujo a consequência foi o enfraquecimento da perícia gráfica (DEL PICCHIA FILHO, DEL PICCHIA, C.; DEL PICCHIA, A., 2005, p.40).

A perícia de documentos, também intitulada “perícia gráfica”, passa a não dispor mais de confiança e credibilidade perante a sociedade. Para que pudessem restabelecê-la, passaram a testar novos métodos e processos. E é neste período que as ciências, como física e química, começaram a se desenvolver, juntamente com a fotografia, auxiliando a perícia gráfica, procurando dessa maneira recuperar a confiabilidade. Passaram a utilizar em seus laudos e informes periciais o rebuscamento no vocabulário, utilizavam microscópicos, recursos químicos e de fotografia, com o intuito de valorizar e impressionar, pois o interesse era resgatar a credibilidade e causar admiração. Desta forma se conclui a segunda fase da perícia chamada “empirismo científico”, o destaque deste período é a utilização da linguagem técnico-científica (bordões). Em seguida inicia-se um novo período, completando o ciclo de especialidades da perícia, chamada sinceridade técnica-científica que utiliza mais metodologia e técnicas e não a subjetividade tão presente em outros períodos (DEL PICCHIA FILHO, DEL PICCHIA, C.; DEL PICCHIA, A., 2005).

Entre o empirismo romântico e a sinceridade técnico-científico aconteceram alguns momentos em que não conseguiram identificar os métodos utilizados ou como chegaram as resoluções documentoscópicas, uma vez que apresentavam inconsistência nas conclusões periciais, destaca assim Del Picchia Filho, Del Picchia, C., Del Picchia A. (2005):

- a) A mais antiga fraude que se tem notícia foi mencionada por Champollion, que apontou alterações em hieróglifos murais egípcios, deliberado pelos reis com o intuito de se vingarem das derrotas sofridas;
- b) Títus possuía uma grande habilidade na falsificação, revela Suetônio, podendo ser considerado o maior falsário do seu tempo. Somente foi descoberto por ele mesmo confessar a fraude;

---

<sup>3</sup> Alfred Dreyfus (1859-1935), capitão do Estado-Maior Geral do Exército francês foi acusado de ter entregado à Alemanha documentos referentes à defesa francesa. Dreyfus foi julgado, condenado a prisão perpétua em 1894 e deportado para a Ilha do Diabo (Guiana Francesa). Foi finalmente libertado em 1906, quando se provou sua inocência. Como Dreyfus era judeu e o julgamento inconsistente, o caso provocou uma forte onda de anti-semitismo, dividindo a opinião pública francesa. Emile Zola e Emile Durkheim, entre outros, foram "partidários de Dreyfus" (OLIVEIRA, 2003, p. 1).

- c) No ano de 88 foi referida, a primeira perícia formalmente relatada, a Quintiliano que prescreve em “Institutio Oratoria” regulamenta orientações que podem ser seguidas pelos peritos;
- d) Justiniano<sup>4</sup>, no ano de 529, na novela 73, cita erro judicial realizado por peritos, quando ele mesmo anteriormente, na novela 49, não acreditava que pudesse resolver uma perícia apenas com análise da escrita;
- e) No direito Romano “*Lex Cornelia de Falsis*” é considerada a primeira menção sobre falsificação, referindo-se a salvaguarda do testemunho, relatando a fraude sobre sigilo;
- f) Foi através da Lei Cornelia, regimentada pelos jurisconsultos, aumentando a elaboração de diversos documentos, que foi reconhecido o crime de falsidade, “*gravius et detestabilis homicidio et beneficio*”.

Passaremos a relatar e destacar, através do quadro 1, as colocações de Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005, p. 42-58), sobre os acontecimentos e casos de maior relevância durante o desenvolvimento da Documentoscopia da Idade Média ao século XX:

**Quadro 1** - Acontecimentos e Casos mais destacados

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
Direito Germânico (Idade Média)	encontrava no artigo 112, da Constituição Criminal Carolina, a tutela penal de algumas espécies de documentos.
Direito Italiano medieval antigo (Idade Média)	o crime de falsidade perdeu importância, porque então vigorava o princípio “ <i>dignior est vox viva testium quam vox mortua instrumentorum</i> ”
Ressurgimento do Direito Romano (Idade Média)	não tardou a evolução das ideias. O mais antigo penalista de então, Júlio Claro, procurou sistematizar a matéria, conceituando o crime de falsificação.
Obras de Menocchio e Farinaccio (Idade Média)	encontra-se a questão exposta em grande desenvolvimento, não só fixando o conceito de falso, como estabelecendo as espécies e recomendando cautelas para evitar a falsidade.

<sup>4</sup> O referido Justino, na novela 44, cap. II, recomenda algumas precauções a fim de “*non occasionem quibusdam falsitatem committere*” [...] até Papiniano não se punia o uso de documento falso. No tempo de Paulo já havia essa punição “*qui Falsis instrumentis actis, epistulis, rescriptis scies dolo malo usus fuerit, paena Falsis corcetur*” (Sent. 5, 25, 9, 10) (DEL PICCHIA Filho, DEL PICCHIA, C., DEL PICCHIA, A., 2005, p. 41).

Na França (1730)	neste país, os primeiros vestígios da perícia gráfica são encontradas, em 1730, quando se organizou uma seleção de acórdãos, tendo por objeto um caso de falsificação referente ao senhor de La rivière, primeiro camareiro do rei.
Na Inglaterra	A atenção pública e oficial da Inglaterra foi despertada para as questões da especialidade através do célebre caso das cartas de Mary Stuart - que foi acusada e condenada à morte por causa das palavras inseridas no post-scriptum de uma delas. No entanto, sempre negou a autoria dessas escritas. A perícia, ..., concluiu pela autenticidade, baseada em indicações vagas, relativas à ortografia, à composição e as formas gerais das peças.
Referência aos processos empregados e métodos de investigação	<p>A pioneira foi a publicação de Demelle, que mostra a maneira de como descobrir a falsificação, sendo notável a deficiência dos conhecimentos da época;</p> <p>Em 1665, apareceu o livro de Jacques Raveneau - "Traité des inscriptions en Fraux, obra extraordinária para a época, nela se encontra a exposição de vários processos de falsificação e de adiantados meios técnicos de exame. Muitos dos processos, ainda hoje em uso [...].</p> <p>Raveneau - julgava o falsário muito mais adiantado que o perito, a tal ponto, que se transformou falsificador, com a convicção de não poder ser descoberto. [...], foi levado ao tribunal e condenado.</p> <p>A Corporação dos Mestres Escrivães, todavia, foi caindo no descrédito. [...] vamos encontrar as sementes das modernas "Escolas de Grafoscopia" [...] até transformar-se em "Academia de Escritas", a qual foi extinta pela Revolução Francesa. [...], cuja lacuna modernamente se procura suprir com os cursos de Documentoscopia, particulares e oficiais.</p>
Século XIX	<p>Foi um período crucial da perícia, com erros judiciários sucessivos, até se chegar ao famigerado caso Dreyfus, adentrando o século atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Caso de La Roncière;</li> <li>● Caso de La Boussinière;</li> <li>● Caso Humbert;</li> <li>● Caso Dreyfus.</li> </ul>
Século XX	<p>Em 1906, Reiss traz preciosa contribuição à perícia de escrita (e à Polícia técnica em geral), com o seu notável trabalho "Photographie Judiciaire". Desde então a fotografia passa a ser auxiliar inestimável da perícia.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Paulier publica seu livro, com estudo pormenorizado da constituição dos traços, segundo seu aspecto caligráfico;</li> <li>● Rogues de Fursac analisa detidamente os trêmulos gráficos e surge seu clássico: " Les écrits et les dans les maladies nerveuses et mentales".</li> </ul> <p>Nos Estados Unidos, Ames publica seu extraordinário livro "Ames on Forgery", aparecendo em 1909 a primeira edição do livro clássico de Albert S. Osborn, "Questioned</p>

	<p>Documents”, que vem influenciando, decisivamente, na formação dos atuais peritos de documentos dos Estados Unidos, especialmente com a segunda edição, em 1929. Com a publicação dessas obras, havia material suficiente para passar-se do terreno empírico para o técnico. O progresso das demais ciências químicas e físicas foi se acentuando, trazendo novas contribuições à solução de determinados problemas documentoscópicos.</p>
--	--

Fonte: Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005).

A Documentoscopia desenvolveu-se dentro da Criminalística, através da investigação e análise dos vestígios *extrínsecos*, relativo ao crime ou objetivando identificar os autores do delito. No que se refere a vestígios *intrínsecos*, seccionou-se para a Medicina Legal, que analisa elementos relacionados ao corpo humano, da pele para dentro. Assim, a Documentoscopia ou Documentologia passam a ser reconhecidas oficialmente e aprovada pela Revista oficial da Organização Criminal da Polícia Internacional - INTERPOL (DEL PICCHIA FILHO, DEL PICCHIA, C.; DEL PICCHIA, A., 2005). Passando o termo Documentoscopia ou Documentologia a serem utilizados no Brasil como referência para a análise de documentos questionados.

Vários autores trazem definições do termo Documentoscopia, dentre eles podemos citar Rabello (1996, p. 104):

O conjunto dos conhecimentos e recursos especializados de ordem técnico-científica que têm por objetivo a pesquisa, o estudo e a interpretação das falsificações e alterações de documentos, no que possam interessar ao esclarecimento e a prova de questões de fato, a serviço da justiça, tanto penal como civil.

De acordo com Mendes (2003, p. 1):

Documentoscopia é parte da Criminalística que estuda os documentos para verificar se são autênticos e, em caso contrário, determinar a sua autoria (...) se distingue de outras disciplinas, que também se preocupam com os documentos, porque ela tem um cunho nitidamente policial: não se satisfaz com a prova da ilegitimidade do documento, mas procura determinar quem foi o seu autor, os meios empregados, o que não ocorre com outras.

MARIN et al. (2007, p. 9) traz uma abordagem ressaltando a metodologia instrumental na definição da Documentoscopia:

A disciplina que estuda, analisa e investiga, mediante metodologia e instrumental adequado, todo tipo de documento, com o objetivo de determinar sua autenticidade ou falsidade, neste caso, verificar em que consiste, bem como identificar as possíveis alterações e/ou manipulações sofridas.

A Documentoscopia ou Documentologia, no Brasil, têm denominações heterogêneas, usando os vocábulos “Grafoscopia”, “Grafotécnica”, “Grafística” e mais comumente o termo “Perícia Gráfica”, referente ao radical “grafo”, do grego “grápho”, que significa escrever, encontrado no Dicionário Aurélio On line de Português (BRASIL, 2018). “A ‘Grafoscopia’ constitui parte da ‘Documentoscopia’, com o objetivo verificar a autenticidade ou autoria dos grafismos” (DEL PICCHIA FILHO, DEL PICCHIA, C.; DEL PICCHIA, A., 2005, p. 38).

No Brasil a análise de confronto da escrita era realizadas na maioria das vezes pelos tabeliães, por possuírem habilidade com a pena, acreditava-se terem uma maior capacitação para esta atividade. Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005) menciona não haver uma legislação que conduzisse sobre o assunto, contudo as orientações reais para quem o fizesse era que procedesse com maior prudência possível, utilizando-se nas suas conclusões apenas de similaridade. Os tabeliães realizavam a análise da escrita, dentro das atividades processuais, conferindo a certificação de firma oficial.

Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005) revela que no início do século XX, muitas pessoas no Brasil, com destaque para São Paulo, após o vulto ocorrido com caso Dreyfus, passaram a se dedicar ao estudo do grafismo. Seguiremos descrevendo cronologicamente os movimentos que foram relevantes no Brasil nesta área:

- a) Em 1913, foi realizar o curso de polícia científica, ministrado pelo professor Reiss, dando início aos assuntos grafotécnicos, que se destacava entre os indivíduos da cultura;
- b) Com a guerra de 1914, outros interesses surgiram, passando a ter um período de pouca evolução nos estudos grafotécnicos;



- c) No Brasil podemos destacar um célebre caso Bernardes, no ano de 1921 foi publicado duas cartas, cada uma com duas páginas, após contestação pelo pretense signatário, são submetidas a análise dentro e fora do país, concluindo-se pela falsificação das cartas dirimindo qualquer dúvida sobre o assunto;
- d) Em 1925 foi fundada a Delegacia de Técnica Policial, na cidade de São Paulo, e no ano seguinte foi transformada em Laboratório de Polícia Técnica, com a ajuda do Dr. Carlos A, Sampaio Vianna, referência no estudo técnico policial em nosso país;
- e) No ano de 1935 foi fundada a Escola de Polícia de São Paulo;
- f) A partir de 1937, inicia-se um período de desenvolvimento com objetivo de capacitar pessoas na área e assim ajudar no combate aos crimes de falsificação. Foi criada a disciplina de “Grafística” e a inauguração do curso de “Grafo-Datilografia Bancária”, que mais tarde passou a se chamar “Curso Preventivo contra Falsificações de documentos”, sendo um período de grande desenvolvimento;
- g) Por volta de 1940, é que a perícia de documentos passou a utilizar-se de mais cientificidade, surgindo um progresso em termo técnicos, equipamentos que passaram a subsidiar as perícias, métodos que evoluíram como o surgimento do “método grafocinético”.

Silva e Feuerharmel (2013) afirma que as técnicas utilizadas na verificação da autenticidades ou falsificação dos documentos nas perícias documentoscópicas, até a década de 70, tinham como apoio para suas análises, equipamentos ainda muito primários, lupas, estetoscópio, gerador de radiação eletromagnética e gabaritos de precisão. Com a evolução dos sistemas de computação e a criação de novos equipamentos, com destaque para instrumentos como comparador espectral de vídeo, aparelhos de detecção eletrostática e espectro de Raman, sendo hoje os mais usados, passaram a dar um melhor suporte nas perícias documentoscópicas.

Vislumbramos que a Documentoscopia vem apresentando, no cenário atual, um reconhecido crescimento nas técnicas de perícia documental, grafológica e mecanográfica, com procedimentos técnicos avançados, que possibilitam analisar a autenticidade ou falsificação de documentos de forma mais eficiente.

A Documentoscopia evoluiu para uma análise da autenticidade documental que passa a não se preocupar apenas com o falsificador, mas em criar dificuldades para

que não ocorra a falsificação, buscando metodologias que fortaleçam a autenticidade destes elementos e, com eles também, importantes elementos da Diplomática, apresentando uma significativa contribuição para outras áreas do conhecimento.

#### **4. DIPLOMÁTICA E DOCUMENTOSCOPIA: AFINIDADES COM A ARQUIVÍSTICA**

Nesta sessão será apresentada a interligação da autenticidade sob a ótica da Diplomática e da Documentoscopia, definindo e destacando os termos encontrados, correlacionando-os e integrando-os no que se refere ao reconhecimento da autenticidade dos documentos arquivísticos.

##### **4.1 Diplomática e Autenticidade**

Para a autora Rodrigues (2007), quando falamos de diplomática, como ciência, verificamos que ela nos subsidia, através de seus métodos, como ferramenta para atestar a autenticidade dos documentos, independente do ambiente em que está inserido e as características do documento apresentados. A análise documental independe do documento em que a informação está registrada.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 73) define documento como sendo uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou o formato”.

O objeto da diplomática está na estrutura externas do documento, devendo conter a mesma estrutura, quando se refere a mesma finalidade e destinação, divergindo apenas de dados personalizados. Para Bellotto (2008, p. 7) “o objetivo da diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade ...”.

Os documentos arquivísticos possuem tempo para produção, tramitação e vigência, ligada a primeira idade arquivística, seu valor primário possui valor de prova, para uso jurídico e administrativo, “posteriormente esses documentos passam a ter um valor residual, que valerá, já não como prova de ‘fé’, e sim como testemunho, como informação”. No que se refere ao valor secundário, utilizado por historiadores e pesquisadores, “de cunho mais amplo que o restrito ditado jurídico e administrativo contido no teor documental” (BELLOTTO, 2008, p. 17).

Segundo Bellotto (2008, p.15) os documentos são possuidores de um autor ou autores e se direcionam a alguém, que pode ser individual ou coletivo, local (data tópica), data (data cronológica) e a mensagem que se quer transmitir, razão de seu objetivo:

Na identificação diplomática do documento deve-se estabelecer ou reconhecer, sequencialmente:

- a) sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e à finalidade;
- b) datação (data tópica e cronológica);
- c) sua origem/proveniência;
- d) transmissão/tradição documental;
- e) fixação do texto.

A Arquivística traz itens que são considerados na Documentoscopia, mesmo que muitas vezes subjetivamente, assim para Bellotto (2008, p. 15-16):

na identificação tipológica do documento, a sequência é distinta, devendo-se reconhecer e/ou estabelecer:

- a) a sua origem/proveniência;
- b) a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora;
- c) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental;
- d) o conteúdo;
- e) a datação.

Iremos descrever, no quadro 2, os elementos externos ou físicos e internos ou substantivos encontrados em um documento, sem esquecer os elementos intermediários que são relacionados aos documentos públicos, administrativos e/ou jurídicos, onde sem eles não atingem a sua finalidade:

**Quadro 2** - Elementos que compõem um documento segundo a Diplomática

ELEMENTOS EXTERNOS	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS	ELEMENTOS INTERNOS
o espaço, o volume que o documento ocupa	espécie que seu veículo redacional adequado redigido e formatado de maneira que torne válido e credível o seu conteúdo	a proveniência, isto é, a instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos
sua quantidade	O tipo, isto é, a espécie carregada da função que lhe cabe	as funções, as origens funcionais do documento, as razões pelas quais foi produzido, tomando-se em consideração - e nesta ordem - a função, a atividade

		que lhe concerne e os trâmites pelos quais passou
o suporte (material sobre o qual as informações são registradas, como papel, pergaminho, filme, disco óptico, disco magnético, fita magnética, etc.)	categoria jurídica-administrativa desse documento, o que reflete o peso e a hierarquia do seu conteúdo	o conteúdo substantivo, que, é, afinal, o assunto de que trata o documento, os fins que se quer atingir com sua criação
seu formato (configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado, tais como caderno, códice, folha avulsa, livro, tira de microfilme, etc.)		a data tópica, ou seja o lugar onde o documento foi datado, que pode ser um palácio, um acidente geográfico, uma cidade, seguindo-se da data cronológica - ano, mês, dia - , data estas que situam o documento no tempo e no espaço
forma ou tradição documental é estágio de preparação e transmissão de um documento (minuta, original, cópia)		
gênero (configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo, permitindo que seja denominado textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, informático)		
e até aqueles elementos menos corpóreos que alguns autores consideram como intermediários, tais como a língua (também considera como elemento interno), o modo de escrita, a espécie e o tipo		

Fonte: Baseado em Bellotto (2008, p. 20-22)

Podendo ainda ser considerado outros elementos externos na análise diplomática de documentos arquivísticos. Elementos estes que são de grande importância para a Documentoscopia:

Há autores que distinguem e detalham, no caso do suporte, seus vários aspectos: a “matéria subjetiva” (o papiro, pergaminho,

papel etc.); a “matéria aparente” (as tintas utilizadas); a “matéria instrumental” (a pena de ave, a pena metálica etc.); a “grafia” (o traçado das letras) e a “forma mecânica” (pautação, paragrafação, pontuação, abreviaturas etc.) (BELLOTTO, 20018, p. apud SPINA, 1977).

Para que possamos sedimentar nosso objetivo precisamos deixar claro e definido o conceito de documento arquivístico. Assim, traremos como referência a visão de Duranti (1998, p. 42) que o define como “um documento criado ou recebido por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade prática”. Uma outra definição que achamos corroborar com a primeira é encontrado no Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais (2014, p. 18), documento arquivístico refere-se a um “documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência”. Ficando claro que o documento arquivístico faz parte das atividades que ele se destina, servindo como confirmação de sua ação.

A autora identifica os elementos encontrados na forma documental como extrínsecos e intrínsecos. Os extrínsecos são o suporte, a linguagem, o texto, os sinais especiais, os selos e as anotações. São estes de grande importância para a diplomática, no que se refere a elementos que caracterizam a sua autenticidade. Quanto aos elementos intrínsecos são ligados ao conteúdo do documento, a sua intelectualidade, que são divididos em protocolo, texto e escatocolo.

Quando produzimos ou recebemos os documentos arquivísticos, acreditamos que estes sejam autênticos, sem interferências que possam vir a perder a sua uma legalidade. Duranti (1994) argumenta que os documentos autênticos são gerados com o intuito de atuar a partir da sua criação, devendo ser mantidos e preservados salvaguardados para futuros questionamentos. Os documentos devem ser mantidos fiéis a sua originalidade, para que possam servir de prova dos fatos e ações, de forma que demonstrem ser a mais segura e fidedigna, segundo o pressuposto de que um documento original requer informações verdadeiras. Para isso, é necessário que tenham sido criados no mesmo instante ou em tempo próximo, por indivíduo que tenha presenciado ou seja instrumento de seu registro verídico.

Após sua produção ou criação, o documento não mais deverá ter seu conteúdo alterado, para assim poder ser considerado autêntico, independentemente da

veracidade de seu conteúdo, caso isso ocorra podemos afirmar que este sofreu interferência que denomina-se adulteração.

É importante mencionar a definição de documentos diplomáticos autênticos oportunizada pelo CONARQ, em Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos (2012, p. 3) “documentos diplomáticos autênticos são aqueles que foram escritos de acordo com a prática do tempo e do lugar indicados no texto e assinados pela pessoa (ou pessoas) competente para produzi-los”.

Segundo a Lei de Acesso à Informação - LAI, em seu artº 4º, inciso VII, (BRASIL, 2011) define o conceito de autenticidade como sendo a “qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema”.

Uma outra referência arquivística é a definição apresentada pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE que explica que autenticidade é a “credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção (GLOSSÁRIO CTDE, 2014, p. 8).

A autenticidade dos documentos de carácter físico está ligada aos elementos que trazem a segurança de que estes podem ser considerados documentos autênticos, sem interferências que os tornem duvidosos. Mas nem sempre isso ocorre. Muitos documentos são passíveis de fragilidade nos elementos e com isso tornam-se documentos de fácil falsificação. Assim, é necessário que sejam realizados análise documentoscópica para que se verifique sua autenticidade documental.

## **4.2 Documentoscopia e Autenticidade**

A Documentoscopia está dentro do âmbito forense, por isso devemos nos basear e nos orientar inicialmente através das legislações e doutrinas brasileiras vigentes. Conforme a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, artigo 4º, inciso II, conceitua documento como sendo uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. Outros conceitos que podem nos embasar, Costa (1995, p.49) define que documento como “todo e qualquer suporte que ostente o registro gráfico de uma ideia ou pensamento - normalmente representado por escrita sobre papel” e, ainda, Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005, p. 61)

“é a peça em que se registra uma ideia”. Os conceitos corroboram entre si mesmos de formas diferentes.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Brasil, 2005, p. 73-79) encontramos a classificação e definição de alguns gêneros documentais importantes para a área de Documentoscopia:

- a) Audiovisual: integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes(2) e fitas vídeo magnéticas;
- b) Digital: documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional;
- c) Eletrônicos: integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais;
- d) Oficial: documento emanado do poder público ou de entidades de direito privado capaz de produzir efeitos de ordem jurídica na comprovação de um fato;
- e) Pessoal: 1. cujo teor do Documento é de caráter estritamente particular. 2. Documento que serve à identificação de uma pessoa.
- f) Textual: Gênero documental integrado por documentos manuscritos, datilografados ou impressos, como atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios.

Os registros, realizados nos documentos, são na maioria das vezes através da escrita - “ação ou efeito de escrever, de representar algo por sinais gráficos” segundo o Dicionário Aurélio On line de Português (BRASIL, 2018). Reforça ainda Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005, p. 61) que esses registros são realizados normalmente através da escrita “podendo se apresentar sob a forma de marcas, imagens, sinais ou outras convenções [...] As representações mecânicas, todavia, também são denominadas escritas. As primeiras são os “grafismos” e “mecanografias” as segundas”.

o ato de escrever pode ser considerado como um processo de codificação gráfica dos sons que constituem a língua falada pelo escritor, feito de forma automática devido à grande familiaridade que este desenvolveu com tais ações, depois de muitos anos de prática. (FEUERHARMEL, 2017, p. 3).

Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005, p. 64) mencionam que Documentoscopia abarca o grafismo, através da Grafoscopia, área que estuda as escritas dos documentos, procurando verificar a sua autenticidade, se é verdadeiro,

podendo ser parcialmente falso, por assim descrever como autêntico total ou parcial, e em caso contrário a sua inautenticidade, sendo não verdadeiro ou falso. Ressaltando que o documento autêntico é criado dentro das normas legais, sendo merecedor de fé, não contendo nenhuma modificação desautorizada. Quanto à autenticidade dos documentos, é destacado que dependendo do carácter da alteração, poderá comprometer a sua validade:

- a) documentos legais podem não ser autênticos e muitos documentos autênticos nem sempre são legais;
- b) documento válido é aquele examinado sob todos os aspectos, principalmente os da autenticidade e legitimidade;
- c) documento alterado fisicamente em trecho substancial (uma vez que a mudança não ficou ressaltada e devidamente autorizada), terá de ser considerado praticamente inautêntico.

Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005) levanta aspectos que se referem a documentos que estejam devidamente estruturados, texto e assinatura autênticos, porém corrompido. A exemplificar quando o texto é escrito anteriormente a assinatura no documento, configurando falsidade ideológica. Independentemente da ordem da contextualização ou assinatura será necessário perícia para a averiguação da sua autenticidade. Outra situação é quando se emite uma segunda via de um documento e ocorre retirada ou acréscimo de informação, como por exemplo uma palavra, sendo neste caso desnecessário a perícia, necessitando apenas uma leitura comparativa.

Outro aspecto considerado, pelo autor, é a data deste documento, visto a sua produção, que pode ocorrer anteriormente, chamada de “antedatação”. No que se refere à cronologia o documento não será considerado autêntico, isso na maioria das vezes não invalidam o documento. Outrossim, pode ocorrer o contrário, a pós-datação, sendo considerado apenas uma inautenticidade parcial. Restando ressaltar que a autenticidade de um documento pode ser realizada sob diversas perspectivas, entretanto em muitos casos não compromete sua validade.

Ao referir-se a autenticidade gráfica, Del Picchia Filho, Del Picchia, C.; Del Picchia, A. (2005, p. 65) define “escrita autêntica aquela originária do punho da pessoa designada e qualificada a produzi-la”, com isto está de modo direto ligada com quem



a realiza, podendo reconhecer a sua firma ou assinatura, tornando-a autêntica, em situação contrária inautêntica ou falsa. As perícias relacionadas a “autenticidade” são realizadas com a comparação de uma única origem, antecipadamente indicada. Entretanto existe uma outra análise que é a identificação da “autoria”, donde não se tem parâmetro gráfico para avaliação, partindo para uma análise mais ampla e complexa.

Ainda na mesma linha de pensamento, Silva e Feuerharmel (2013) afirma que a autenticidade, relacionada a documentoscopia, está ligada a veracidade ou legitimidade de um documento, chamada autenticidade documental, ou relativo a um apontamento gráfico que pode ser impresso ou manuscrito, chamado autenticidade gráfica. Destacando a documentoscopia possui três divisões: autenticidade documental, autenticidade grafoscópica e autenticidade mecanográfica.

Os autores mencionam que a autenticidade documental é realizada por meio de comparação entre documentos que se sabe ser autêntico e o questionado. É importante destacar que o exame de autenticidade documental está de modo direto ligada ao poder que o indivíduo tem de produzir documento, entretanto seu poderio não o dá o direito de produzi-lo em nome de outrem, sem autorização prévia. Este ato torna o documento com fragilidades físicas que o tornam passível de contestação. Sendo necessário que o documento questionado passe por exames que possam comprovar a sua autenticidade ou inautenticidade. O exame é realizado por método de comparação entre um chamado documento padrão, emitido de forma legítima, e o documento questionado. Nele é importante que seja observada a presença de elementos de segurança. Quanto mais estes elementos estiverem presentes nos documentos padrão, seguindo parâmetros de segurança física e com um rígido controle, os tornam mais segurança, dificultando sua falsificação.

Continua o autor Silva e Feuerharmel (2013) a ressaltar que para se fazer um exame de confronto documental é necessário que se tenha conhecimentos sobre as características e especificações do documento em análise. Esta é uma área se baseia na exposição de falsificação ou a alteração com o adição ou supressão de informação. São realizados nesta área os exames de moedas (cédulas e moedas metálicas), papéis, de petrechos de falsificação documental, documentoscópicos relativos à alteração documental, autenticidade documental, cruzamento de traços, idade de documento e idade de tinta.

Silva e Feuerharmel (2013) cita que no que se refere a autenticidade gráfica podemos dizer que diverge da análise documental, visto que esta trabalha com a objetividade apresentada nas características do modelo do documental padrão, enquanto o exame grafoscópico trabalha principalmente com mais subjetividade. Apresentando dois grupos de exames: os de autenticidade gráfica, são as análise que tem como fonte apenas um autor, outro exame é o de autoria gráfica, cuja o grafismo não se resume a uma fonte de escrita, mas sim a identificar quem é o autor.

Temos ainda os exames mecanográficos e em impressos eletrônicos, que tem o objetivo de apontar ou eliminar quanto aos registros realizados por equipamentos de impressão, sendo eles máquinas de escrever, impressoras, carimbos, cópias e fax (SILVA E FEUERHARMEL, 2013).

É notório que a análise pericial da autenticidade nos traz a segurança e a confiabilidade nas informações contidas no documento periciado. A Documentoscopia, através de suas perícias, nos garante, quando necessário, uma ferramenta de averiguação da autenticidade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Diplomática procura avaliar os documentos através da sua estrutura, levando em consideração elementos intrínsecos e extrínsecos, verificando se dispõe destes elementos de forma que possam ser considerado um documento autêntico, dentro da estrutura da tipologia documental de cada um, levando em consideração a sua legalidade. O processo de verificação da autenticidade dos documentos, está baseada na comprovação de que este documento está com os elementos que juridicamente o validam e o tornam de autênticos pelas características apresentadas.

No que se refere Documentoscopia, ligada à área Forense e a Criminalística, tem como objetivo analisar a autenticidade dos documentos, da grafia e a mecanográfica, utilizando-se dos elementos intrínsecos e extrínsecos, preocupando-se em identificar a autoria, analisando se a peça apresentada não sofreu nenhuma intervenção que possa comprometer sua autenticidade, e conseqüentemente a finalidade de prova. A autenticidade na Documentoscopia é cercada de um suporte técnico científico que objetiva comprovar a autenticidade documental, auxiliando com técnicas, ferramentas e equipamentos que possam dar maior credibilidade na análises realizadas.

A Diplomática e a Documentoscopia em sua evolução histórica se encontram a partir das dúvidas surgidas quanto a autenticidade dos diplomas emitidos pelos reis durante o século XVII. Passaram a analisar os diplomas através da ciência chamada diplomática, utilizando técnicas analíticas de verificação da autenticidade destes documentos. Este também foi o ponto de partida que a Documentoscopia apresenta como sendo o início do surgimento da análise da autenticidade dos documentos questionados pelos reis, nomearam pessoas que consideravam ser de grande saber para analisar e verificar a autenticidade destes diplomas. Com o passar do tempo a diplomacia, então exercida pelos chamados diplomatas, segue uma outra vertente passando a ser ligada às relações internacionais. Surge assim a diplomática, entretanto a Documentoscopia não relata claramente o seu aparecimento.

Passando para um cunho mais técnico podemos verificar que a Diplomática e a Documentoscopia compartilham de várias definições em comum, mesmo não correlacionados entre as disciplinas. Encontramos os elementos intrínsecos e extrínsecos, os gêneros de documentos, analisados nas duas, dentre outras. As disciplinas complementam uma a outra, mesmo que não se reconheçam como parceiras de um processo comumente desenvolvido através dos elementos que garantem o reconhecimento da autenticidade documental. A Documentoscopia com suas técnicas e equipamentos que auxiliam na análise pericial voltada para a comprovação da autenticidade, no que se refere a identificação da autoria ou não da autenticidade do documento, pode auxiliar a diplomática em sua metodologia analítica.

Para os arquivistas que trabalham com os documentos arquivísticos é de suma importância terem em sua formação um conhecimento mais profundo na verificação da autenticidade, dos elementos intrínsecos e extrínsecos, mas com uma maior atenção no conhecimento de elementos específicos de segurança documental, técnicas de análise da grafia e em especial da mecanografia.

É um momento para refletirmos o quanto será importante esta contribuição, perceber e compreender o quanto a Documentoscopia pode transmitir técnicas de análise dos documentos arquivísticos com carácter Pericial.

O mercado de trabalho vem exigindo do arquivista um suporte técnico mais aprofundado, quanto a avaliação dos documentos, que fortaleça os procedimentos de análise da autenticidade. Quanto mais conhecimento podermos adquirir, melhor será para podermos analisar os procedimentos de recebimento e emissão de documentos

para que não sofram com questionamentos dos órgãos de controle que fiscalizam o constantemente os órgãos.

As universidades que possuem Curso de Graduação em Arquivologia poderiam proceder com estudos para integrar a Documentoscopia em sua grade curricular, trazendo esta atividade para os profissionais da Arquivística. Os arquivistas estão diretamente ligados ao trabalho com as informações contidas nos documentos arquivística, muitas vezes em suas atividades diárias, seja do protocolo ao arquivo se deparam com questionamentos com relação a autenticidade documental. Sendo assim, sugere-se novas pesquisas relacionadas à Documentoscopia no âmbito da arquivologia, por exemplo, como os profissionais de arquivo veem a inclusão da disciplina de Documentoscopia nos cursos de arquivologia.

**AUTHENTICITY OF ARCHIVAL DOCUMENTS:** outlook diplomatics and Documents examination**Abstract:**

The purpose of the study is to understand how far diplomat can use the elements of the Documents examination. In this case, the story of diplomatics and Documents examination is described; by identifying the main concepts and methodologies of the two areas and the points of convergence and divergence between diplomacy and Documents examination. The research is characterized as descriptive and bibliographical. However, Archives is a discipline that has interdisciplinarity with several areas of study, such as History, Administration, Paleography, Information Sciences, Law, Diplomatics and also the Documents examination that has an intrinsic connection with Archival, mainly for the purposes of ascertaining the authenticity documentary. The process of verifying the authenticity of documents is based on the proof that this document has the elements that legally validate it and make it authentic for the characteristics presented. Finally, with the theoretical study, we verified that the Diplomatics and the Documents examination share several definitions in common, yet both are developing in parallel, with the bibliographic study points of convergence were observed, in the meantime the areas still are not strongly related.

**Keywords:** Archives. Diplomatic. Documents examination. Authenticity.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro:2005. Disponível em:

<[http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivo. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Diretrizes para a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2012. Disponível em:

<[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/conarq\\_presuncao\\_autenticidade\\_completa.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf)> Acesso em: 04 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivo. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE. **Glossário. Documentos Arquivísticos Digitais**. 6ª versão. 2014. Disponível em:

<[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario\\_v6\\_public.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf)>. Acessado em: 01 junho 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 30 maio 2018.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental**. Brasília - DF: Editora Briquet de Lemos/Livro, 2. ed., 2008.

\_\_\_\_\_. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 4. ed., 2006.

COSTA, Iara Maria Krilger. **Questões em Documentoscopia: uma abordagem atualizada**. São Paulo: s/e, 1995.

Del Picchia Filho, José; Del Picchia, Celso Mauro Ribeiro; Del Picchia, Ana Maura Gonçalves. **Tratado de Documentoscopia: “da Falsidade Documental”**. São Paulo - SP: Editora Pilares, 2ª ed. rev., amp. e atual, 2005;

**Dicionário Aurélio Online de Português.** Brasil. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/grafos>>. Acesso em: 22 maio 2018.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneo como prova de ação.** Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994 a. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>>. Acesso em: 30 de abril 2018.

\_\_\_\_\_. Luciana. Diplomatics: new uses for an old science. Society of American Archivists: Maryland, 1998.

\_\_\_\_\_, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES. **Arquivo & Administração.** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 4, n. 1, p. 5-18, 2005.

FEUERHARMEL. Samuel. **Análise grafoscópica de assinaturas.** Campinas, SP: Millennium Editora, 2017.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. Considerações históricas. In: COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Revisão científica Pedro Penteadó. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/GIL-%202002-%20Como%20Elaborar%20Projeto%20de%20Pesquisa.PDF>. Acesso em: 05 maio 2018.

MARIN, Adriana Francisca, et alli. **Documentos de segurança e documentoscopia.** Brasília: Academia Nacional de Polícia, 2007.

MENDES, Lamartine Bizarro. **Documentoscopia: Tratado de Perícias Criminalística.** Campinas, SP: Millennium, 2ª ed, 2003.

OLIVEIRA, Márcio Sérgio Batista Silveira de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** V. 19, nº 55. São Paulo. 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092004000200014#nt06](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200014#nt06)>. Acesso em: 16 maio 2018.

RABELLO, Eraldo. **Curso de criminalística**: sugestão de programa para as faculdades de direito. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1996.

RODRIGUES, Ana Célia. Da diplomática clássica à moderna tipologia: um referencial metodológico para a identificação de documentos de arquivo. In: **Paleografia e Diplomática no Curso de Arquivologia; UFSM**. Santa Maria, RS: Editora FACOS, 2007. p. 177-197.

\_\_\_\_\_, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamentos metodológico da Identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/tese/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](http://www.teses.usp.br/tese/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2018.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento Arquivísticos de Documentos Eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 4. ed., 2005.

ROSSUEAU, Jean-Yes. COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplinas arquivistas**. tradução: Márcia Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Editora: Publicações Dom Quixote/Nova Enciclopédia, 1998.

SILVA, Erick Simões da Câmara e; FEUERHARMEL, Samuel. **Documentoscopia**: aspectos científicos, técnicos e jurídicos. Campinas, SP: Millennium Editora, 2013.